



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001016-92.2021.6.22.8000.

INTERESSADO: Secretária de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC.

ASSUNTO: PARTICIPAÇÃO DO TRE-RO EM REGISTRO DE PREÇO - Integrante de Coordenação - **Compra Centralizada** - Órgão gerenciador: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco - TRE-PE - Pregão Eletrônico n. 73/2022 TRE-PE- Ata de Registro de Preços TRE-PE n. 100/2022 – Objeto: Aquisição de *firewall* com *software* de análise de *logs*, conexão 2FA para VPN e suporte e garantia de 60 meses. Análise

PARECER JURÍDICO Nº 87 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado em **05/03/2021** pela Seção de Governança da STIC deste Tribunal, que buscava à época a **aquisição/contratação de Infraestrutura para VPN** em consonância com o Plano de Contratação de TIC 2021, 2021-N06, de acordo com a certidão juntada no evento [0667110](#). Tratando-se de uma Solução de TIC, na forma disciplinada pela **Resolução CNJ n. 182/2013**, veio ao processo os seguintes artefatos:

I - Documento de Oficialização da Demanda, de **05/03/2021**, no qual o Secretário de STIC descreve a necessidade de assegurar alta disponibilidade e continuidade dos serviços essenciais de TIC por meio de contratação de Infraestrutura para VPN ([0667112](#));

II - Portaria n. 64/2021, de **26/3/2021** ([0675488](#)), com a designação da seguinte Equipe de Planejamento de Contratação: Eduardo Gil Tivanello (responsável pela demanda); Ruzevan Saraiva da Silva (integrante demandante); Filipe Teixeira, integrante técnico e este subscritor, como integrante administrativo;

III - Análise de Viabilidade, de **16/03/2023** ([0687800](#)), assinada apenas pelo integrante técnico, que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

concluiu pela seguinte solução: *atualização ou Trade-in da solução de firewall*;

IV - Sustentação do Contrato, de 16/03/2023 ([0691048](#)), assinada apenas pelo integrante técnico;

V - Estratégia para Contratação, de 16/03/2023 ([0691103](#)), assinada apenas pelo integrante técnico, que entre outros aspectos, definiu a aquisição do objeto por meio de Pregão Eletrônico para formação de Registro de Preços, tipo Menor Preço global;

VI - Análise de Riscos, de 16/03/2023 ([0691104](#)), assinada apenas pelo integrante técnico.

02. Tais documentos não foram utilizados pela Equipe de Planejamento da contratação. A compreensão da tramitação deste processo e, em especial, do atendimento dessa Solução de TIC, passa necessariamente pelo conteúdo da **Informação n. 4/2023, de 24/03/2023 ([0991757](#))**, da lavra do titular da Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação - COSEIC, adiante reproduzida, com o complemento de uma numeração sequencial, **e na qual serão inseridas notas e esclarecimentos julgados indispensáveis, tanto para que este Assessor Jurídico tenha a exata dimensão do procedimento na sua inteireza, embora partilhado em múltiplos processos deste Tribunal, do TSE e do TRE-PE - quanto às unidades superiores, que em última instância devem deliberar sobre a regularidade do procedimento e autorização da despesa.**

Informação n. 4/2023, de 24/03/2023 - COSEIC:

(1) Considerando a Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral para o período de 2021 a 2024, aprovada em 06 de agosto de 2021, pelo Exmo. Sr. Ministro Presidente do TSE e ratificada através do Ofício-Circular GAB-DG TSE nº 195/2022 ([0820745](#)).

NOTA/ESCLARECIMENTO:

O Ofício-Circular GAB-DG TSE 195/2022 e o evento referido, dizem respeito ao PSEI [0002839-04.2021.6.22.8000](#) instaurado no TSE, e que foi dirigido aos TREs de Pernambuco, Alagoas e Rondônia e que, em suma, noticia a formação de **Subgrupos para Atividades Conjuntas da Estratégia Nacional de Cibersegurança**, destacando que:

(...) foram organizados subgrupos para a realização das ações conjuntas necessárias à consecução dos objetivos definidos, em acordo com os servidores responsáveis pelo tema “cibersegurança” indicados por todos os TREs.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*Como resultado dessa organização, os três Regionais Eleitorais destinatários deste ofício foram designados, sob a coordenação do primeiro, como responsáveis pela seguinte atividade: **Aquisição de Firewall e Secure Web Gateway***

Este grupo de trabalho deverá instruir os artefatos necessários para viabilizar procedimento licitatório e consequente formalização de Ata de Registro de Preços para que todos os tribunais eleitorais interessados possam adquirir a solução acima indicada.

(...)

(2) A presente contratação foi sobrestada no exercício de 2021, à pedido do titular da STIC, tendo em vista as tratativas nacionais do grupo de cyberssegurança sobre as diversas vertentes de segurança da informação na Justiça Eleitoral, dentre as quais equipamentos e soluções de segurança, inclusive Firewall e Secure Web Gateway, objeto da contratação pretendida nestes autos.

*Por volta de março/22, o referido grupo decidiu pela distribuição das contratações entre os tribunais regionais, sendo elas: [0001207-06.2022.6.22.8000](#) - Firewall de Aplicações Web (em inglês: Web Application Firewall - WAF), Gestão de Atualizações (em inglês: Patches), que posteriormente foi juntada à [0001649-69.2022.6.22.8000](#) - Gestão de Ativos e [0001492-96.2022.6.22.8000](#) - Solução de Autenticação Multifator (em inglês: Multi-factor authentication), dentre outros, tendo a contratação de Firewalls e Secure Web Gateway ficado à cargo **deste Regional** em conjunto com os TRE-AL e TRE-PE, sob coordenação do último.*

NOTA/ESCLARECIMENTO:

Verificam-se o seguinte desfecho para as contratações citadas:

I - PSEI [0001207-06.2022.6.22.8000](#) - Firewall de Aplicações Web (em inglês: Web Application Firewall - WAF), Gestão de Atualizações (em inglês: Patches): O processo foi encerrado sem conclusão, estando a justificativa juntada no evento ([0922647](#));

II - PSEI [0001649-69.2022.6.22.8000](#) - Gestão de Ativos: Contratação realizada ([0950304](#));

III - PSEI [0001492-96.2022.6.22.8000](#) - Solução de Autenticação Multifator (em inglês: Multi-factor authentication): Contratação realizada ([0936882](#)).

Por sua vez, a contratação de *Firewalls* e *Secure Web Gateway*, ora pretendidas, ficou sob a responsabilidade **deste Regional** em conjunto com os TRE-AL e TRE-PE, sob coordenação deste último.

(3) De forma que o ETP ([0687800](#), [0691048](#), [0691103](#) e [0691104](#)) que estava em elaboração pela COSIEC/SEINC foi abandonado, mas assinado apenas por questão histórica do processo. Sendo assim, durante o exercício de 2022 trabalhamos no levantamento das necessidades dos regionais interessados e nas soluções disponíveis no mercado, elaborou-se o ETP ([0990942](#)) que tramitou no PSei 0015391-39.2021.6.17.8000 - TRE-PE.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

NOTA/ESCLARECIMENTO:

Em relação aos documentos da Fase de Planejamento da Contratação (ETP) citados, nota-se que são aqueles juntados a este processo - já referidos no item 1 deste relato - tão só para manter o histórico da tramitação dos atos.

Por sua vez, os estudos da fase de planejamento da contratação, agora centralizada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, na condição de gestor do SRP, foram deslocados para aquele Tribunal e desenvolvidos para o PSEI 0015391-39.2021.6.17.8000, sendo dele extraídos os Estudos Preliminares que enfeixam **TODOS OS DOCUMENTOS DA FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO** exigidos pela **Resolução CNJ n. 182/2013**, o qual estão juntados neste processo no evento [0990942](#).

(4) Após formalização da consulta ao TSE e demais Regionais por meio do Ofício-Circular nº 198/2022/SENIC ([0848983](#)), a STIC manifestou-se ([0849219](#)) e a DG informou as quantidades pretendidas pelo TRE-RO no Ofício nº 137 / 2022 - PRES/DG/GABDG ([0849297](#)). Assim a equipe de contratação consolidou os quantitativos no Termo de Referência, Anexo I do Pregão Eletrônico 73/2022 - TRE-PE ([0990949](#)), tendo este passado pela análise jurídica daquele órgão, conforme Parecer nº 879 / 2022 - TRE-PE/PRES/DG/ASSDG ([0990958](#)), que por fim, após homologação do certame ([0990960](#)), tornou-se a ARP nº 100/2022 ([0991731](#)) gerida pelo TRE-PE e que tem como órgãos participantes os TREs de Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Goiás, Pará, Paraíba, Paraná, Rondônia e São Paulo.

NOTA/ESCLARECIMENTO:

Nesta parte, a informação prestada pela COSEIC traz elementos relevantes para a verificação da regularidade da tramitação do procedimento no âmbito deste Tribunal, que ocorreu no PSEI [0001776-07.2022.6.22.8000](#), isso porque:

I - Cita a consulta do TRE de Pernambuco a todos os Regionais Eleitorais, por meio do Ofício-Circular n. 198/2022/SENIC ([0848983](#)):

a) acerca do **interesse em participar da contratação de solução de Firewall e Secure Web Gateway**, nos termos do Decreto 7.892/2013, art. 6º, I, consoante previsão na Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral para o período de 2021 a 2024, aprovada em 06 de agosto de 2021, pelo Exmo. Sr. Ministro Presidente do TSE e ratificada através do Ofício-Circular GAB-DG TSE nº 195/2022 (1821479) que definiu aquele Regional como coordenador da referida aquisição em conjunto com os TRE-AL e TRE-RO;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) solicita que cada tribunal interessado na participação informasse a **manifestação expressa sobre a participação**, o lote desejado, o quantitativo de itens do lote, bem como o local e endereço de entrega dos equipamentos.

II - Registra a manifestação da STIC deste Tribunal ([0849219](tel:0849219)), na qualidade de integrante da coordenação da contratação, em conjunto com TRE-PE e TRE-AL, dos quantitativos dos itens demandados, veja-se a tabela dela extraída:

**LOTE 1 (TREs
PEQUENO PORTE)**

ITENS	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	TOTAL ESTIMADO
ITEM 1 - FIREWALL DE BORDA TIPO I	02	R\$ 318.701,21	R\$ 637.402,42
ITEM 2 - FIREWALL DE NÚCLEO TIPO I	02	R\$ 389.198,16	R\$ 778.396,32
ITEM 3 - FIREWALL DE CARTÓRIO TIPO I	30	R\$ 22.708,91	R\$ 681.267,30
ITEM 4 - SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E RELATÓRIO	34	R\$ 4.441,29	R\$ 151.003,86
ITEM 5 - IMPLANTAÇÃO COM HANDS ON	02	R\$ 74.988,21	R\$ 149.976,42
ITEM 6 - TREINAMENTO OFICIAL	04	R\$ 19.310,48	R\$ 77.241,92
TOTAL			2.475.288,24

III - Noticia a **autorização, pela Diretoria-Geral, do ingresso do TRE-RO, na condição de partícipe no SRP**, que se deu por



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

meio da Ofício n. 137/2022 - PRES/DG/GABDG ([0849297](#)), de acordo com os quantitativos ali registrados;

IV - SOBRE O CERTAME NO TRE-PE:

a) Que a equipe de contratação consolidou os quantitativos no Termo de Referência - Anexo I do Pregão Eletrônico 73/2022 - TRE-PE ([0990949](#)): De fato, verificam-se que os itens solicitados por este Regional foram considerados no objeto do TR do SRP, **página 17 do referido evento;**

b) Que houve análise jurídica dos atos da contratação no TRE-PE pelo Parecer Jurídico n. 879/2022 - TRE-PE/PRES/DG/ASSDG ([0990958](#)): De fato, **verifica-se que o edital do Pregão Eletrônico SRP n. 73/2022 foi aprovado pela unidade jurídica coirmã de Pernambuco, conforme parecer juntado no referido evento;**

c) Houve homologação do certame ([0990960](#)), sendo constituída a ARP n. 100/2022 ([0991731](#)) gerida pelo TRE-PE e que tem como órgãos participantes os TREs de Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Goiás, Pará, Paraíba, Paraná, Rondônia e São Paulo: **Fato comprovado pelos eventos citados.**

(5) Em que pese a necessidade imediata deste TRE-RO pelos novos equipamentos de firewall, visto que alguns estão em uso desde 2012, portanto com 11 anos, bem além da previsão de vida útil para equipamentos de TI, observou-se que não haveria tempo hábil para execução contratual, já que o PE SRP 73/2022 fora publicado para 24/Out/22, suspenso após questionamentos pertinentes e republicado para 18/nov/22, assim esta COSEIC sugeriu ao CETIC que o orçamento fosse realocado para contratação de outras demandas com capacidade de execução ainda em 2022, tendo assim sido acatadas e executadas.

NOTA/ESCLARECIMENTO:

Trata-se apenas de esclarecimentos acerca das dificuldades da unidade demandante para operacionalizar a contratação no ano de 2022 e do pedido de realocação do orçamento para o ano de 2023, o que - ao que parece - foi atendido, haja vista a **comprovação da programação orçamentária juntada no evento [0993992](#).**

(6) Por fim, como previsto e sem tempo hábil para execução, a ata de registro de preços foi assinada em 23/12/2022 e publicada no DOU de 27/12/2022, tendo toda a documentação do processo sido encaminhada ao e-mail deste subscritor no dia 30/12 e neste momento foi juntada aos presentes autos.

NOTA/ESCLARECIMENTO:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A comprovação da publicação da referida ARP no DOU foi juntada no evento [0996031](#).

(7) Trata de contratação prevista na Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral, comparada ao formato de compra nacional, disciplinada no Decreto n. 7.892/2013, conforme observado pela AJSAOFC nos pareceres jurídico n. 244/2022 ([0935005](#)) e 234/2022 ([0927127](#)), em contratações ainda no exercício de 2022.

Considerando a previsão desta contratação no [PCTIC - Plano de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação](#), 2023-M05 - Solução de firewall e secure web gateway e a disponibilidade orçamentária ([0977670](#)) nos itens de despesa "Solução de VPN/Firewall".

*Pelo exposto, encaminha-se o presente a STIC para, estando de acordo, solicite à SAOFC a efetivação da contratação da **Solução de VPN/Firewall** com a emissão de notas de empenho e lavratura do contrato em favor da detentora da ARP, conforme quadro abaixo e Minuta do Contrato no Anexo V do PE SRP n. 73/2022 ([0990949](#)):*

NOTA/ESCLARECIMENTO:

Em conclusão, a COSEIC solicita à SAOFC a efetivação da contratação da **Solução de VPN/Firewall**, emissão de notas de empenho e lavratura do contrato em favor da detentora da ARP, com as informações inseridas no quadro elaborado e registrando, ainda, que a minuta do contrato é aquela contida no Anexo V do PE SRP n. 73/2022 ([0990949](#)).

03. Verifica-se que o Secretário da STIC manifestou sua concordância com a pretensão, oportunidade em que ainda destacou:

*Considerando **INFORMAÇÃO Nº 4/2023 - PRES/DG/STIC/COSEIC**, [0991757](#), que trata da solicitação de contratação prevista na Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral;*

Considerando que a pretendida contratação esta contemplada no [PCTIC - Plano de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação](#), identificador. 2023-M05 - Solução de firewall e secure web gateway;

Considerando que o orçamento para referida contratação, no valor TOTAL de R\$ 1.610.719,90, já se encontra disponível, conforme demonstrativo orçamentário prdinário 2023 - STIC, evento Sei! [0977670](#), sendo R\$ 206.966,50 enquadrado no Plano Interno SIN LOCOSOF - Solução de VPN/Firewall - subscrições e R\$ 1.403.753,40 SIN SOFTWR - Solução de VPN/Firewall - softwares

Considerando que este Secretário de TIC esta de acordo com a referida contratação, sendo de vital importândia para a implementação da Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral.

*Dinate disso encaminho os autos ao GABSAOFC para efetivação da contratação da **Solução de VPN/Firewall** com a emissão de notas de empenho e lavratura do contrato em favor da detentora da ARP, conforme quadro abaixo e Minuta do Contrato no Anexo V do PE SRP n. 73/2022 ([0990949](#)).*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04. Recebido na SAOFC, consoante o Despacho n. 655/2023 ([0992769](#)), o titular dessa Secretaria determinou o envio do processo à **COFC** para programação orçamentária; à **SECONT** para feitura da minuta de instrumento contratual e após a esta unidade para análise e emissão de parecer jurídico.

05. Em cumprimento, o Coordenador da COFC registrou que a despesa está prevista no planejamento orçamentário deste exercício ([0993814](#)), motivo pelo qual a Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF) juntou aos autos a programação orçamentária no valor de **R\$ 1.610.719,90** (um milhão, seiscentos e dez mil setecentos e dezenove reais e noventa centavos) e informou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro ([0993992](#)).

06. Por sua vez, a Seção de Contrato (SECONT) juntou a minuta do instrumento contratual ([0998064](#)), elaborada com base, principalmente, nas informações constantes no Anexo V, do Edital do certame, evento [0990949](#).

07. Desta forma instruídos, os autos vieram a esta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico. **É o necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

08. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (0001016-92.2021.6.22.8000) até a presente data.

09. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022 - e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos - é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO).

10. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

11. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

12. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

III – DA REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO STIC

13. De forma preliminar, registre-se a plena aplicabilidade dos regimes das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002, preservados expressamente nesse período de transição pelas disposições transitórias e finais da **Lei n. 14.133**, de 1º de abril de 2021, inclusive na nova redação conferida pela **Medida Provisória n. 1.167, de 31 de março de 2023** e em harmonia com os comandos do **Acórdão TCU 507/2023 - Plenário**.

14. Como condição prévia para esta análise, tratando-se de **Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC)**, forçoso reduzir-se à obediência da **Resolução n. 182/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, que estabelece as diretrizes para esse tipo de contratação no âmbito do Poder Judiciário - e ainda aplicável as contratações baseadas na Lei 8.666/93, segundo o § 2º do art. 1º da Resolução CNJ n. 468/2022.

15. Primeiramente, é importante registrar que os atos referentes a fase dos estudos preliminares desta solução de tecnologia da informação e comunicação (STIC) ocorreram de forma extraordinária, pois o rito mais adequado seria a constituição da equipe de planejamento e elaboração do ETP por este TRE-RO antes da manifestação sobre a adesão a contratação conjunta com TRE-PB ou pelo menos antes da realização do certame pelo órgão gerenciador.

16. Contudo, esta assessoria jurídica entende que, neste caso concreto, não houve descumprimento da norma citada, pois os trâmites processuais a serem adotados pelos Regionais nas contratações das variadas soluções necessárias à implantação da Estratégia Nacional de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Cibersegurança para o período de 2021 a 2024, da qual esta aquisição pretendida está inserida, foram **definidos pelo próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE)**, como se verifica pelo Ofício-Circular GAB-DG TSE 195/2022 ([0820745](#)), juntado no Processo Administrativo SEI n. [0002839-04.2021.6.22.8000](#).

17. No aludido documento, o Diretor-geral do TSE esclarece que compete aos Regionais designados como órgão gerenciador das atas a responsabilidade de elaboração dos documentos essenciais às contratações. Por sua vez, o **Decreto n. 7.892/2013** traz expresso em seu art. 6º, as competências do órgão participante do sistema de registro de preços, nos seguintes termos:

*Art. 6º O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e **respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico**, nos termos da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), e da [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#), adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:*

I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

18. Observa-se que o referido Decreto exige dos órgãos participantes, tão somente, o encaminhamento da estimativa de consumo, local de entrega e respectivas especificações, podendo tais informações serem consolidadas, a critério do órgão participante, em termo de referência ou projeto básico. **Nota-se que esse regulamento, em diversas passagens, usa o termo “especificações” como alternativa ao termo de referência ou projeto básico:**

*Art. 6º, § 5º: Caso o órgão gerenciador aceite a inclusão de novos itens, o órgão participante demandante elaborará sua **especificação ou termo de referência ou projeto básico**, conforme o caso, e a pesquisa de mercado, observado o disposto no art. 6º.*

19. Assim, a elaboração de termo de referência ou projeto básico não é obrigatória ao órgão participante, cabendo tal atribuição ao órgão gerenciador, nos termos do art. 5º do citado decreto:

Art. 5º Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(...).

II - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório.

20. Nesse mesmo sentido verificou-se que o **Tribunal Superior Eleitoral** editou a **Instrução Normativa TSE n. 11/2021**, que regulamenta as fases das contratações no âmbito do Tribunal e, assim, dispõe quanto à participação em registro de preços:

Art. 44, §2º É dispensável a elaboração de Projeto Básico ou de Termo de Referência nos casos em que o Tribunal seja participante de licitação, nos termos do art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, necessária, entretanto, a instrução dos autos com as informações requeridas no art. 6º do mesmo decreto. (sem destaque no original)

21. Diante disso, no tocante aos documentos essenciais resultantes das etapas do estudo preliminar previstos no §1º do artigo 12 do Resolução CNJ nº 182/2013, observa-se que a equipe de planejamento do TRE-PE elaborou os Estudos Preliminares que enfeixam **TODOS OS DOCUMENTOS DA FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO** exigidos pelo § 2º do art. 12 da resolução, juntados neste processo no evento [0990942](#) e que informaram o Termo de Referência Anexo I do Edital PE TRE-PE n. 73/2022 ([0990949](#), p. 17-44).

22. Assim, quanto ao procedimento previsto pela norma mencionada, considerando as ressalvas feitas nesta seção do opinativo, as diretrizes específicas foram observadas no caso em tela.

IV – ADESÃO A INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO

23. A eventual contratação ora pretendida pela Administração deriva da **participação na coordenação da contratação conjunta**, concebida na Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral e conduzida pelo **TRE-PES**, dessa forma, o TRE-RO atua na condição de **órgão participante**, situação jurídica definida pelo **artigo 2º, IV e prescrita pelo artigo 6º, ambos do Decreto nº 7.892/2013**.

24. O referido procedimento está compreendido pelo Sistema de Registro de Preço – SRP, o qual encontra amparo normativo originalmente no disposto no **art. 15, inciso II, da Lei nº 8.666/93**, tendo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sido regulamentada pelo decreto citado. Assim, cumpre-nos tecer breve comentário sobre este instituto.

25. Nas lições de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, em seu livro intitulado **Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico**, 2ª edição, editora Fórum, 2007:

Sistema de Registro de Preço é um procedimento especial de licitação que se efetiva por meio de uma concorrência ou pregão sui generis, selecionando a proposta mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, para eventual e futura contratação pela Administração. Nesse sentido, cabe destacar suas principais características:

a) a tabela de preços proveniente de determinado Sistema terá validade não superior a doze meses (art. 15, § 3º, inc. III da Lei nº 8.666/1993 c/c art. 12, § 2º do Dec. Nº 7.892/2013);

b) a celebração de Ata de Registro de Preço (ARP) que é documento vinculativo e obrigacional, gerador de expectativa de contratação (art. 13 ss do decreto em comento), ou seja, se os preços de mercado se mostrarem mais vantajosos do que aqueles registrados, poderá a Administração contratá-los, detrimento deste, por meio da realização de licitação ou por via de contratação direta (art. 15, §4º, Lei nº 8.666/93);

c) o processamento do SRP apenas por meio das modalidades concorrência (art. 15, § 3º, I, da Lei de Licitações e Contratos) e pregão (art. 11 da Lei 10.520/2020);

d) a possibilidade de não indicar da dotação orçamentária na licitação para a formação do registro de preço, sendo apenas obrigatória antes da formalização do contrato ou outro instrumento hábil (§ 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013).

26. Feitas tais considerações, é oportuno examinar o instituto jurídico da IRP que, embora não apresente sua conceituação, foi regulamentado pelo decreto mencionado e que, em suma, objetiva a ampliação de participantes em determinado registro de preço somando-lhe as demandas. Veja-se:

Art. 4º Fica instituído o procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP, a ser operacionalizado por módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais - SIASG, que deverá ser utilizado pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, para registro e divulgação dos itens a serem licitados e para a realização dos atos previstos nos incisos II e V do caput do art. 5º e dos atos previstos no inciso II e caput do art. 6º.

(...)

27. Extrai-se a finalidade da criação de tal ferramenta no site www.comprasgovernamentais.gov.br:

O presente manual tem por finalidade orientar os servidores habilitados e cadastrados a operarem a funcionalidade de "INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP, que tem como finalidade permitir à Administração tornar públicas suas intenções de realizar Pregão ou Concorrência para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais, que tenham interesse em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala. (Intenção de Registro de Preço – IRP – Manual o Gerenciador, Brasília, agosto/2007, p. 4, disponibilizado no portal de compras do Governo Federal https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/manuais/siasgnet/manual_irp-1.pdf)

28. Neste sentido, o entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU, manifesto pelo **Acórdão nº 2.692/2012 – Plenário**, a IRP é um sistema informatizado criado para permitir a ampla divulgação do interesse de um órgão em realizar o registro de preços e materiais, possibilitando a participação de outros órgãos ou entidades interessados ainda durante o procedimento licitatório, aumentando a perspectiva de quantitativos mínimos a serem adquiridos e a possibilidade de obtenção de economia de escala.

29. Não se verifica nos autos documentos sobre o registro e divulgação de IRP para contratação *sub examine* pelo TRE-PE no Sistema Comprasnet, impossibilitando afirmar se este procedimento foi realizado por meio do sistema. No entanto, houve, por parte deste Regional, manifestação expressa de adesão a participação da SRP formado por meio do PE nº 73/2022 do TRE-PE, consoante Ofício-Circular TRE-PE n. 198/2022/SENIC ([0848983](#)); e Ofício TRE-RO n. 137/2022 - PRES/DG/GABDG ([0849297](#)).

30. Apesar de o convite e a comprovação de seu aceite juntados não terem ocorridos por intermédio do mecanismo eletrônico estipulado pelo decreto, entende-se que objetivo de publicização preconizado pela norma foi preservado, pois ele possibilitou a divulgação e participação de diversos TREs da fase de planejamento da contratação compartilhada, potencializando maior economia de escala - conforme averiguar na ARP TRE-PE n. 100/2022 ([0991731](#)) - ainda, evitou potenciais futuros “órgãos caronas” que desde os procedimentos iniciais já estavam participando do processo licitatório para SRP em comento.

31. Nesse sentido, veja-se o seguinte trecho do **Acórdão n. 2.692/2012 – Plenário**, do Tribunal de Contas da União (TCU), expendidos antes ainda antes da edição do Decreto Federal n. 7.82/2013:

Acórdão:

(...)

9.4 recomendar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que empreenda estudos para aprimora a sistemática do Sistema de Registro de Preço, objetivando **capturar ganhos de escala nas quantidades adicionais decorrentes de adesões previamente planejadas e registradas de outros órgãos e entidades que possam participar do certame**, cujos limites de quantitativos deverão estar em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

conformidade com o atendimento firmado pelo Acórdão 1.233/2012 – Plenário.
(sem grifo no original)

32. Além disso, segundo o art. 4º, *caput*, do Decreto n. 7.892/2013, apenas os órgãos integrantes do Sistema de Serviço Gerais (SISG) são obrigados a operacionalizar a divulgação a IRP por meio do módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais (SIASG), ou seja, somente na esfera do Poder Executivo Federal. Tratando dos órgãos/entidades não integrantes do SISG, independente da esfera (federal, estadual ou municipal), só deverão utilizar este tipo de divulgação citada quando houver normativo próprio aplicado no âmbito destes órgãos/entidades instituindo a figura da IRP em termos semelhantes ao do disposto no art. 4º mencionado ou, então, com determinação expressa da adoção do referido decreto federal.

33. No âmbito deste TRE-RO, existe a previsão de adoção da normatização de regulamentação sobre o SRP expedida pelo Poder Executivo Federal, conforme **art. 3º da Resolução TRE-RO n. 001/2006**. Assim, a sua utilização (da IRP como órgão gerenciador por meio módulo do sistema e do Decreto Federal n. 7.892/2013) é **compulsória**. Em outras palavras, caso não seja observada pelo TRE-RO, o procedimento não estará condizente com o arcabouço jurídico adotado e, conseqüentemente, será indevida.

34. Não obstante, o mesmo não se pode afirmar do TRE-PE, pois não consta nos autos esta informação. Assim, considerando a presunção de legalidade do ato administrativo, esta unidade jurídica infere que a via eleita para a divulgação da IRP, com intento de proceduralizar a SRP em comento, pelo TRE-ES está adequada e compatível com os seus normativos próprios disciplinadores da matéria no seu próprio âmbito.

35. No caso em tela, observa-se que a participação colaborativa deste Regional no PE n. 73/2022, gerenciado pelo TRE-PE, para que possam contratar conjuntamente os objetos de interesse descritos no TR Termo de Referência Anexo I do Edital (0990949, p. 17-44), está amparado nos normativos mencionados acima. Ademais, tal medida visa atender aos princípios da eficiência e da economicidade, uma vez que maiores quantidades de certo promoveram a obtenção de menores preços, resultante da competitividade e da economia de escala.

36. Por outro lado, pode-se comparar a forma como foi delineada a contratação da STIC pretendida com a *compra nacional*, também, disciplinada no Decreto n. 7.892/2013, o qual traz sua



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

conceituação no art. 2º, VI, definição de órgão participante de compra nacional no art. 2º, VII, e as suas regras específicas previstas nos art. 6º, § 2º, § 3º e § 4º. Veja-se:

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

(...)

VI - compra nacional - compra ou contratação de bens e serviços, em que o órgão gerenciador conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada de programa ou projeto federal, mediante prévia indicação da demanda pelos entes federados beneficiados; e [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)

VII - órgão participante de compra nacional - órgão ou entidade da administração pública que, em razão de participação em programa ou projeto federal, é contemplado no registro de preços independente de manifestação formal. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)

Art. 6º (...)

§ 2º No caso de compra nacional, o órgão gerenciador promoverá a divulgação da ação, a pesquisa de mercado e a consolidação da demanda dos órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, comprovada a vantajosidade, fica facultado aos órgãos ou entidades participantes de compra nacional a execução da ata de registro de preços vinculada ao programa ou projeto federal. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)

§ 4º Os entes federados participantes de compra nacional poderão utilizar recursos de transferências legais ou voluntárias da União, vinculados aos processos ou projetos objeto de descentralização e de recursos próprios para suas demandas de aquisição no âmbito da ata de registro de preços de compra nacional. [\(Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014\)](#)

(...)

37. A compra nacional ocorre quando o órgão gerenciador, institui um SRP destinado à execução descentralizada de programa ou projeto federal, mediante indicação prévia das demandas por parte dos entes beneficiários (geralmente da esfera estadual ou municipal). O objetivo deste SRP é promoção, pelo órgão gerenciador do programa ou projeto federal, de licitação para atender as necessidades das entidades beneficiárias do programa e não as suas próprias, inclusive não é necessário o aval formal dos órgãos participantes de compras nacionais, devendo somente indicar de forma prévia suas demandas.

38. O paralelo entre a *compra nacional* e a contratação ora em comento é estabelecido porque esta foi desencadeada em razão de conjectura em esfera nacional da Justiça Eleitoral sobre segurança em TIC que originou a **Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Eleitoral. Isto é, da mesma forma que a *compra nacional*, a contratação pretendida visa solucionar problemas no que tange ao atendimento de uma demanda social. E, por esta ótica, igualmente caberia a este Tribunal a comprovação da vantajosidade mencionada no art. 6º, § 3º, pois este princípio é inerente a todas as despesas realizadas pela Administração Pública.

39. À vista disso, recomenda-se que antes de adesão a IRP nas demais contratações similares sejam demonstradas nos autos a suas vantajosidade em detrimento de ser realizar uma licitação própria, mesmo que tal diretriz tenha sido objeto de discussão nacional entre os órgãos desta Justiça Especializada.

40. É importante destaca duas figuras participam deste procedimento: **órgão gerenciador** e **órgão participantes**. Aquele é responsável por conduzir o procedimento relacionados ao SRP (tanto o procedimento licitatório quanto a administração da ARP dele decorrente) e suas atribuições estão descritas no art. 5º do Decreto nº 7.892/13. Já este é órgão/entidade que manifesta interesse em participar dos procedimentos iniciais do SRP e integra a ata, tendo suas competências elencadas no art. 6º, caput, inciso I a III, do mesmo Decreto, *in verbis*:

Art. 6º O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), e da [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#), adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

*I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam **formalizados e aprovados pela autoridade competente**;*

*II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da **Intenção de Registro de Preços**, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e*

*III - tomar conhecimento da **ata de registros de preços**, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições. (sem grifo no original).*

41. Quanto aos incisos II e III citados, verifica-se sua regularidade. A concordância com o objeto a ser licitado, inclusive seu quantitativo foi atendido, como se verifica nos documentos anexados aos eventos ([0849219](#) e [0849297](#)). E a ciência da ARP n. 100/2022, oriunda do PE n. 73/2022, é atestada pela juntada da própria ata em questão nos autos ([0991731](#)). Neste ponto, sugere-se que a unidade gestora da contratação acompanhe o gerenciamento da ARP no TRE-PE, a fim de ter conhecimento de eventuais alterações.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

42. Já com relação a obrigação prevista no inciso I do dispositivo legal citado, constata-se que a inclusão no registro de preço foi formalizada neste Tribunal por meio dos documentos juntados no presente autos, iniciando-se com o Despacho n. 791/2022, de 24/06/2022, de lavra da Diretora-Geral deste Tribunal ([0848985](#)).

43. Ainda, faz-se necessário citar a IN TRE-RO nº 04/2008, norma interna sobre procedimentos de contratação de serviços e compras de qualquer natureza e de gestão contratual no âmbito deste Regional, a qual dispõe em seu art. 19 as regras de participação do TRE-RO em aquisições e contratações conjuntas, *in verbis*:

Art. 19. Nos termos da legislação aplicável, o TRE/RO poderá participar de processo de contratações conjuntas com outros órgãos federais através de registro de preços, seja na condição de órgão gerenciador ou participante, sempre comprovada a conveniência de tal operação.

§ 1º Havendo interesse, o Secretário da SAOFC lavrará manifestação circunstanciada, submetendo-a à deliberação da autoridade competente para autorizar a despesa.

§ 2º Autorizada o pedido, o processo seguirá as disposições da legislação e regulamentação aplicável a esse procedimento especial de registro de preços. (sem grifo no original)

44. Apesar de não detalhado o ingresso deste Tribunal na condição de participante em certame de registro de preços patrocinado por outro órgão federal, duas etapas são descritas: **a)** manifestação circunstanciada de interesse lavrada pelo secretário da SAOFC; e **b)** deliberação da autoridade competente para autorizar a despesa. É evidente que tais etapas são prévias a adesão à IRP, por meio do sistema Comprasnet, quando possível.

45. No caso em análise, após o despacho citado, houve manifestação positiva da unidade técnica (STIC), que indicou os quantitativos dos itens ([0849219](#)), embasando a efetivação da adesão à IRP do TRE-PE pela Diretora-Geral deste Tribunal por meio do Ofício n. 137/2022, de 27/06/2022 ([0849297](#)).

46. Desta forma, conquanto a ausência de manifestação circunstanciada do secretário da SAOFC nos termos balizado pela IN TRE-RO 04/2008, **houve deliberação tácita sobre o assunto pela autoridade competente** (Diretora-Geral, conforme inciso I do art. 1º da Portaria n. 66/2018), tornando o procedimento interno em comento regular, pois a autorização da DG supri as falhas em relação ao estabelecido pelo artigo 19 da IN mencionada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

47. Tem-se em relevo que poderá a Administração utilizar-se da futura Ata de Registro de Preços por um período de até 12 meses de sua assinatura, desde que dentro dos limites quantitativos regulamentares, como também pode **permitir desencadear a licitação independentemente da existência de recursos financeiros para a realização das contratações.**

48. No tocante à **disponibilidade orçamentária e financeira**, como já mencionado, é permitido desencadear o PE para formação de registro de preço independentemente da existência de recursos financeiros para realização das contratações, consoante regra expressa contida no **§ 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013:**

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

49. Nesse sentido, a **Orientação Normativa/AGU nº 20, de 01/04/2009**, assim direciona: “Na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato”. **REFERÊNCIAS:** arts. 15 e 38, caput, da Lei nº 8.666, de 1993; art. 3º do Decreto nº 3.931, de 2001; Acórdãos TCU 3.146/2004-Primeira Câmara e 1.279/2008-Plenário.

50. Contudo, no caso análise em que a STIC registra que a contratação pretendida esta contemplada no [PCTIC - Plano de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação](#), identificador. 2023-M05 - Solução de *firewall e secure web gateway*; que há orçamento para o lastro da despesa e que o objeto da contratação é (...) *de vital importância para a implementação da Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral* ([0992585](#)), tem-se que, efetivamente demonstrada a disponibilidade orçamentária ([0993992](#)), no valor de **R\$ 1.610.719,90** (um milhão, seiscentos e dez mil setecentos e dezenove reais e noventa centavos), poderá ser firmado o contrato com a empresa **OI S/A** - CNPJ n. 76.535.764/0001-43, compromissária da ARP TRE-PE n. 100/2022 ([0991731](#)).

51. Por fim, cabe salientar que, nos termos do § 1º, do art. 6, do Decreto 7.892/2013, o órgão participante possui competência para aplicação de sanções decorrente do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, devendo informar as ocorrências ao órgão gerenciador.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V – CONCLUSÃO

52. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica conclui pela:

a) inexistência de óbice jurídico, ressalvados os critérios de oportunidade e conveniência do gestor público, na atuação do TRE-RO, como órgão participante na aquisição conjunta de *firewall* com software de análise de logs, conexão 2FA para VPN e suporte/garantia de 60 meses, consoante especificações, para atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral de Espírito Santo (TRE-RO) e demais órgãos partícipes, gerenciada pelo TRE-PE, divulgada por meio do Ofício-Circular TRE-PE n. 198/2022/SENIC ([0848983](#)), processada no Pregão Eletrônico – SRP – n. 73/2022 (Processo SEI n. 0000057-28.2022.6.17.8000 - [0990949](#)), com fulcro **art. 15, II, da Lei n. 8.666/93 c/c o art. 4º, do Decreto Federal n. 7.892/2013 c/c art. 19, IN TRE-RO n. 004/2008**; e

b) pela possibilidade jurídica da contratação da solução de TIC pretendida na quantidade do item solicitada pela unidade técnica ([0991757](#)) e registrada para este órgão participante na ARP n. 100/2022 ([0991731](#)), gerenciada pelo TRE-PE, que será firmado por meio da assinatura da Minuta do Contrato ([0998064](#)) com a empresa **OI S/A** - CNPJ n. 76.535.764/0001-43.

Registre-se que, conforme já apontado no **tópico 50 deste opinativo**, há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à previsão de execução orçamentária de 2023 ([0993814](#)) e comprovação da sua programação ([0993992](#)).

53. Quanto as **minutas do edital e do contrato produzidas no âmbito do PE 73/2022** ([0990949](#)), depreende-se que estes instrumentos foram APROVADOS pela assessoria jurídica do órgão gerenciador pelo Parecer Jurídico n. 879/2022 - TRE-PE/PRES/DG/ASSDG ([0990958](#)), nos termos do **§4º do art. 9º do Decreto nº 7.892/2013, incluído pelo Decreto 8.250/2014, c/c art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/1993**. Portanto, torna-se descabido uma nova análise jurídica por esta AJSAOFC. O que se coaduna com a **Orientação Normativa AGU nº 64**, de 29 de maio de 2020, veja-se:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 64, DE 29 DE MAIO DE 2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I) NO ÂMBITO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, AS COMPETÊNCIAS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 38 DA LEI 8.666, DE 1993; E DO ART. 11, INCISO VI, ALÍNEA "A", DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993; RELATIVAS À APROVAÇÃO DA MINUTA DE EDITAL E CONTRATO ADMINISTRATIVO, SÃO DA EXCLUSIVA ALÇADA DA UNIDADE CONSULTIVA QUE PRESTA ASSESSORAMENTO JURÍDICO AO ÓRGÃO GERENCIADOR DO CERTAME.

II) O ÓRGÃO PARTICIPANTE E O ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO SOLICITAR MANIFESTAÇÃO DAS RESPECTIVAS CONSULTORIAS JURÍDICAS QUE LHES PRESTAM ASSESSORAMENTO ACERCA DA JURIDICIDADE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO OU ADESÃO, ESPECIALMENTE NOS CASOS EM QUE HAJA DÚVIDA DE ORDEM JURÍDICA OBJETIVAMENTE EXPOSTA. Referência: Parecer nº 9/2015/DECOR/CGU/AGU; a Nota nº 141/2017/DECOR/CGU/AGU; Nota nº 148/2018/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 92/2019/DECOR/CGU/AGU Art. 38, inciso VI, e parágrafo único da Lei nº 8.666, de 1993; art. 11, inciso VI, alínea "a", da Lei Complementar nº 73, de 1993; e Art. 9º, § 4º, do Decreto nº 7.892, de 2013.

Contudo, verifica-se que a minuta reproduzida pela SECONT contém uma impropriedade no que diz respeito ao prazo da vigência contratual regulado pela Cláusula Segunda do instrumento.

Na sua redação original (Anexo V do edital do PE TRE-PE 73/2022) a vigência de 60 meses é prevista tão só - no que relevante para esta contratação do TRE-RO - para os **produtos descritos nos itens 1 a 4**, sendo que os serviços descritos nos **itens 5 e 6** (implantação e treinamento) têm sua vigência dimensionada para somente 6 meses, contada a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União - 27/12/2022 ([0996031](#)). **Assim, caso não haja justificativa plausível, como uma eventual alteração desses documentos não noticiada no processo - tem-se que essa redação deverá ser ajustada pela SECONT às reais condições da contratação.**

54. Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que inabilitada para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto da contratação.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO**, Assessor Jurídico, em 20/04/2023, às 15:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1001142** e o código CRC **E731E033**.